

**CONV 610/03**

**NOTA DE ENVIO**

---

de:	Secretariado
para:	Convenção
Assunto:	Reacções ao projecto de protocolo relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade – Análise

---

Junto se envia, à atenção dos membros da Convenção, uma ficha de análise das observações ou propostas de alteração ao projecto de protocolo relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade (CONV 579/03).

---

**FICHA DE ANÁLISE DAS OBSERVAÇÕES OU PROPOSTAS**  
**DE ALTERAÇÕES AO PROTOCOLO RELATIVO À APLICAÇÃO**  
**DOS PRINCÍPIOS DA SUBSIDIARIEDADE E DA PROPORCIONALIDADE**  
**DOC. CONV 579/03**

**I. Análise das alterações por tema – resumo**

A proposta do Praesidium à Convenção baseia-se no relatório do Grupo de Trabalho I (doc. CONV 286/02) e no debate realizado na sessão plenária (doc. CONV 331/02 ). Globalmente, o protocolo "subsidiariedade" foi bem acolhido pelos membros da Convenção, sendo raros aqueles que puseram radicalmente em causa o projecto redigido pelo Praesidium. De resto, muitos foram os convencionais que não consideraram necessário introduzir-lhe alterações ou apresentar observações.

As principais propostas de alteração incidem sobre os seguintes seis temas:

- a) Noção de Parlamento nacional: uma minoria activa continua a privilegiar a solução segundo a qual, nos Estados-Membros com um sistema com duas câmaras, qualquer delas pode activar directamente o "mecanismo de alerta rápido". Várias das alterações vão nesse sentido, prevendo algumas um dispositivo engenhoso a fim de a solução escolhida não prejudicar os Estados em que há apenas uma câmara (2 votos para os Parlamentos com uma única câmara, 1 voto para cada câmara dos Estados bicamerais).
- b) O limiar de um terço foi geralmente bem acolhido. No entanto, um número importante de convencionais pede que passe para dois terços, ao passo que outro grupo sugere a introdução de um segundo limiar de dois terços que, caso seja ultrapassado, acarrete graves consequências em matéria de prossecução do processo legislativo.
- c) Comité de Conciliação: muitos dos convencionais têm dúvidas quanto à oportunidade de uma segunda possibilidade de pôr de pé um novo "mecanismo de alerta rápido" por ocasião da convocação do Comité de Conciliação e interrogam-se sobre o funcionamento prático desta disposição, argumentando que o prazo entre a convocação do Comité e a sua realização é por vezes muito curto, sugerindo que este ponto seja retirado.
- d) Mecanismo de recurso para o TJCE e tratamento das regiões com poderes legislativos: numerosos convencionais sugerem que as regiões com poderes legislativos também possam, quer directa, quer indirectamente, intervir junto do TJCE em caso de violação do princípio de subsidiariedade.
- e) As disposições relativas ao Comité das Regiões são também por vezes controversas. Alguns convencionais, nomeadamente os observadores membros do CR, pretendem que os poderes deste comité em matéria de controlo da subsidiariedade sejam alargados e alinhados pelos dos Parlamentos nacionais; outros, menos, interrogam-se sobre a justeza da sua intervenção.

f) Finalmente, muitos convencionais sugerem que, a exemplo do que sucede com o Parlamento Europeu e o Conselho, os Parlamentos nacionais recebam, também eles, o relatório anual redigido pela Comissão sobre a aplicação do princípio de subsidiariedade e de proporcionalidade.

## **II. Análise pormenorizada das alterações por tema**

### **Âmbito do protocolo / Denominação**

➤ Vários convencionais propõem que o "princípio da proporcionalidade" figure no mesmo plano que o da subsidiariedade ao longo de todo o texto:

– Kuneva (*SUB 27*) + Andriukaitis + Gricius + Sivickas (*SUB 33*) + Teufel (*SUB 43*) + Kiljunen (*SUB 49*) + Vanhanen (*SUB 50*) + Hain (*SUB 55*) + Lequiller (*SUB 62*) + Azevedo + Nazaré Pereira (*SUB 65*)

➤ Alguns convencionais propõem a substituição de "Protocolo" por "acto complementar", que consideram mais próprio para uma constituição:

– Paciotti (*SUB 40*)

➤ Outros sugerem uma reforma total:

– Kirkhope (*SUB 39*)

### **Consulta e envio pela Comissão de uma proposta de acto legislativo (pontos 2 e 3)**

➤ Um convencional sugeriu que se precisasse que a eventual obrigação de consulta relativamente à dimensão regional e local da acção será feita através do Comité das Regiões e das diferentes organizações representativas:

– Wuermeling (*SUB 19*)

➤ Um convencional propõe que se retome integralmente o n.º 2 do actual protocolo:

– Palacio (*SUB. 45*) + Muñoz Alonso (*SUB 57*)

➤ Um convencional sugere que a Comissão fundamente a sua decisão quando não realize as consultas necessárias em caso de urgência ou de confidencialidade:

– Figel (*SUB 48*)

➤ Outros pedem que não se preveja essa possibilidade:

– Bonde + Seppanen (*SUB 54*)

➤ Os convencionais observadores do Comité das Regiões propõem que o referido comité seja consultado sempre que uma proposta tenha consequências para a dimensão local ou regional:

– Chabert + 5 convencionais observadores (*SUB 74*)

#### **Fundamentação pela Comissão das propostas legislativas (ponto 4)**

Diversos convencionais fazem incidir a sua atenção sobre a fundamentação da proposta da Comissão por parte desta, face ao princípio da subsidiariedade. As alterações incidem sobre:

- alargar a fundamentação ao princípio de proporcionalidade:
  - Duff + 16 convencionais (*SUB 42*) + Teufel (*SUB 43*)
- um reforço da obrigação de fundamentação das implicações financeiras:
  - de Vries + de Bruijn (*SUB 13*) + Wuermeling (*SUB 20*) + Duff + 16 convencionais (*SUB 42*)
- a integração de um elemento de apreciação relativo ao "carácter exclusivo ou partilhado da competência exercida":
  - Marinho (*SUB 16*)
- um reforço muito substancial da obrigação de fundamentação:
  - Teufel (*SUB 43*)
- a recusa de pedir à Comissão que apresente elementos de apreciação da regulamentação a pôr em vigor pelos Estados-Membros e "nos casos em que tal se aplique, pela legislação regional":
  - Einem + 6 convencionais do Grupo Socialista (*SUB 15*) + Huebner (*SUB 51*)
- a integração na fundamentação da Comissão das consequências de uma não acção no domínio em questão:
  - Huebner (*SUB 51*)
- um convencional (observador) propõe que a Comissão seja assistida por um órgão independente na redacção e preparação dos actos legislativos:
  - Jacobs (*SUB 44*)

#### **Noção de Parlamento nacional (ponto 5)**

A questão da noção de Parlamento nacional foi longamente debatida, tanto no grupo como no plenário, com opiniões partilhadas no que se refere aos Estados-Membros bicamerais. Diversos convencionais insistem na solução adoptada pelo Praesidium, segundo a qual compete a cada Parlamento nacional organizar a consulta de cada câmara, no caso dos Parlamentos bicamerais e/ou, quando os haja, dos Parlamentos regionais com poderes legislativos. As alterações propostas incidem sobre:

- o direito de cada câmara, no caso dos Parlamentos nacionais bicamerais, a apresentar um parecer fundamentado:
  - Zieleniec (*SUB 6*) + Dini + Basile (*SUB 18*) + Wuermeling + Altmaier (*SUB 23*) + Meyer (*SUB 38*) + Teufel (*SUB 43*) + Vanhanen (*SUB 50*) + Stuart + 11 convencionais (*SUB 52*) + Lequiller (*SUB 62*) + Fischer (*SUB 67*)

Neste caso, para determinar o limiar a partir do qual a Comissão é obrigada a rever a sua proposta, alguns dos convencionais acima referidos propõem que os pareceres dados pelos Parlamentos bicamerais contem a dobrar e que os dados autonomamente por uma câmara contem por um:

– Zieleniec (*SUB 6*) + Stuart + 11 convencionais (*SUB 52*) + Lequiller (*SUB 62*)

### **Pareceres fundamentados dos Parlamentos nacionais (ponto 6)**

➤ Diversos convencionais propõem que o Parlamento e o Conselho sejam também obrigados a indicar o modo como tomaram em conta os pareceres fundamentados dos Parlamentos nacionais:

– de Vries + de Bruijn (*SUB 14*)

➤ Outros pretendem que fique referido que, durante o prazo de 6 semanas, nem o Parlamento, nem o Conselho podem dar início ao seu processo legislativo interno:

– Duff + 16 convencionais (*SUB 42*)

➤ Um convencional pretende que haja um alargamento do âmbito dos pareceres dos Parlamentos nacionais "à repartição das competências previstas na Constituição" e cujo princípio de subsidiariedade constitui apenas um dos aspectos:

– Lamassoure (*SUB 56*)

### **Questões relativas à fixação e às modalidades do limiar para além do qual a Comissão é obrigada a reanalisar a sua proposta (ponto 6)**

Em conformidade com as conclusões do Grupo de Trabalho I constantes do projecto de protocolo (ponto 6), o limiar é fixado em um terço dos Parlamentos.

➤ Alguns convencionais recusam o próprio princípio do dispositivo proposto:

– Voggenhuber + Nagy (*SUB 31*) + Duhamel + 4 convencionais membros do Grupo Socialista (*SUB 34*)

➤ Alguns convencionais propõem que se adopte um limiar diferente. Nesses casos, o limiar é fixado em:

– dois terços: M. Brok + 37 convencionais do Grupo PPE (*SUB 3*) + Kaupi (*SUB 58*)

– um quarto: M. de Vries + de Bruijn (*SUB 11*) + Bonde + Seppanen (*SUB 54*)

➤ Alguns convencionais sugerem que a contabilidade da ultrapassagem do limiar apenas tome em consideração os pareceres fundamentados "semelhantes":

– Duff + 16 convencionais (*SUB 42*)

➤ Fixação de um segundo limiar. Alguns convencionais propõem que, em caso de ultrapassagem do limiar de dois terços dos Parlamentos nacionais, a Comissão seja obrigada a retirar ou a alterar a sua proposta ou que o processo legislativo não possa prosseguir:

– Andriukaitis + Gričius + Sivickas (*SUB 33*) + Stuart + 11 convencionais (*SUB 52*)

➤ As consequências da ultrapassagem do limiar de um terço são também abordadas no sentido de um endurecimento, nomeadamente através do reforço da obrigação imposta à Comissão de fundamentar a sua decisão (retirada, manutenção ou alteração):

– Schulter (*SUB 32*) + Andriukaitis + Gričius + Sivickas (*SUB 33*) + Stuart + 11 convencionais (*SUB 52*) + Bonde + Seppanen (*SUB 54*) + Hain (obrigação de alterar ou de retirar a proposta) (*SUB 55*)

### **Comité de Conciliação (ponto 7)**

➤ Alguns convencionais opõem-se à proposta do Grupo de Trabalho I constante do projecto de protocolo (ponto 7) que dá a possibilidade aos Parlamentos nacionais de voltarem a intervir entre a convocação do Comité de Conciliação e a sua realização. Trata-se nomeadamente de:

– Michel + 6 convencionais belgas (*SUB 1*) + Van Eekelen (*SUB 8*) + de Vries + de Bruijn (*SUB 12*) + Voggenhuber + Nagy (*SUB 30*) + Duhamel + 8 convencionais membros do Grupo Socialista (*SUB 35*) + Duff + 16 convencionais (*SUB 42*) + Hain (*SUB 55*) + Lamassoure (*SUB 56*) + Hjelm-Wallen + 3 convencionais suecos (*SUB 60*) + Lennmarker (*SUB 82*)

➤ Outros consideram que a noção de limiar deve também ser introduzida na fase de conciliação. Em caso de ultrapassagem do limiar de um terço, o Conselho e/ou o Parlamento Europeu devem rever a sua posição:

Van der Linden + 2 convencionais neerlandeses (*SUB 7*) + Andriukaitis + Gričius + Sivickas (*SUB 33*) + Vanhanen (*SUB 50*) + Stuart + 11 convencionais (*SUB 52*)

➤ Alguns pedem que seja deixado aos Parlamentos nacionais um prazo mínimo (4 semanas) para poderem apresentar um parecer fundamentado:

– Stuart + 11 convencionais (*SUB 52*) + Azevedo + Nazaré Pereira (*SUB 65*)

➤ Alguns consideram que a intervenção dos Parlamentos nacionais aquando da convocação de um Comité de Conciliação só deve ter lugar quando tenham sido introduzidas "alterações significativas" na proposta inicial da Comissão:

– Tiilikainen + Peltomäki (*SUB 47*) + Vanhanen (*SUB 50*)

### **Questão do recurso para o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (ponto 8)**

O ponto 8 do projecto de protocolo prevê que os recursos para o TJCE por violação do princípio de subsidiariedade sejam interpostos pelos "Estados-Membros, eventualmente a pedido dos respectivos Parlamentos nacionais". Diversos convencionais propõem que esta disposição seja alterada:

➤ Diversos convencionais sugerem que o direito de recurso para o TJCE possa ser exercido directamente pelos Parlamentos nacionais ou por cada uma das câmaras, para os que são a favor desta solução:

– Brok + 37 convencionais do Grupo PPE (*SUB 4*) + Teufel (*SUB 43*) + Stuart + 11 convencionais (*SUB 4*) + Bonde + Seppanen (*SUB 54*) + Fischer (*SUB 67*)

- Alguns sugerem que o direito de recurso fique reservado apenas aos Estados-Membros:
  - Kuneva (*SUB 27*) + Lopes + Lobo Antunes (*SUB 66*)
- Alguns sugerem que o direito de recurso seja também aberto à Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos Comunitários (COSAC):
  - Haenel (*SUB 37*)
- Diversos convencionais propõem o alargamento do direito de recurso para o TJCE, autorizando também as regiões com poderes legislativos a interponem recursos, quer directamente, quer por intermédio do respectivo Estado-Membro. Trata-se nomeadamente de:
  - Michel + 6 convencionais belgas (*SUB 1*) + Brok + 37 convencionais do Grupo PPE (*SUB 4*) + McCormick + Voggenhuber + Lichtenberger (*SUB 29*) + Borrell + Carnero + Lopez Garrido (*SUB 36*) + Duff + 16 convencionais (*SUB 42*) + Teufel (*SUB*) + Farnleitner (*SUB 53*) + Bonde + Seppanen (*SUB 54*) + Chabert (observador) + 4 convencionais observadores do Comité das Regiões (*SUB 80*)
- Vários convencionais pretendem que o controlo do TJCE se limite ao respeito "pelos procedimentos" (e portanto não incida sobre o fundo):
  - Van der Linden + 3 convencionais neerlandeses (*SUB 7*)
- Alguns convencionais não são a favor de o Comité das Regiões dispor também do direito de recurso por se tratar de um órgão consultivo e não legislativo:
  - de Vries + de Bruijn (*SUB 13*) + Kuneva (*SUB 27*) + Kaufmann (*SUB 63*)
- Alguns convencionais propõem que o direito de recurso do Comité das Regiões não fique limitado aos actos legislativos para que foi pedido o seu parecer, mas que tenha um carácter geral:
  - Wuermeling (*SUB 21*)
- Outros argumentam com a necessidade de abranger os casos em que o Comité das Regiões "deveria ter sido consultado" e não o foi:
  - McCormick + Voggenhuber + Lichtenberger (*SUB 29*)
- Alguns argumentam que o actual artigo 230.º já autoriza os Estados-Membros a interpor recurso por violação do princípio de subsidiariedade, incluindo se o desejarem a pedido do Parlamento nacional, pelo que é desnecessária a primeira frase do ponto 8:
  - Tiilikainen + Peltomaki (*SUB 47*) + Kiljunen (*SUB 49*) + Svensson (*SUB 83*)
- Alguns rejeitam o princípio de recurso para o TJCE pelo facto de o princípio de subsidiariedade ser de carácter político:
  - Hjelm-Wallen + 3 convencionais suecos (*SUB 60*)
- Alguns propõem um mecanismo de controlo jurisdicional ad hoc segundo o modelo do Conselho Constitucional francês:
  - M. Floch (*SUB 61*)

## **Comité das Regiões**

Vários convencionais apresentaram observações relativas ao Comité das Regiões, as quais incidem:

➤ no alargamento dos seus poderes ao longo de todo o processo, a fim de o colocar em rigoroso pé de igualdade com os Parlamentos nacionais:

– Hain (*SUB 55*) + Chabert (observador) + 6 convencionais observadores do Comité das Regiões (*SUB 79*)

## **Relatório anual (ponto 9)**

Diversos convencionais propõem que, (além do Parlamento Europeu e do Conselho) o relatório anual redigido pela Comissão sobre a aplicação dos princípios de subsidiariedade e de proporcionalidade seja também enviado aos Parlamentos nacionais:

– de Vries + de Bruijn (*SUB 14*) + Andriukaitis + Gricius + Sivickas (*SUB 33*) + Belohorska + Figel + Migas (*SUB 46*) + Kiljunen + Vanhanen (*SUB 49*) + Stuart + 11 convencionais (*SUB 52*) + Bonde + Seppanen (*SUB 54*) + Floch (*SUB 61*) + Lequiller (*SUB 62*) + Azevedo + Nazaré Pereira (*SUB 65*) + Lopes + Lobo (*SUB 66*)

## **Lista de alterações**

SUB 1	Michel, de Gucht, di Rupo, Van Lancker, Chevalier, Nagy, Dewael
SUB2	Kohout
SUB 3	Brok, Almeida Garrett, Alonso, Altmaier, Attalides, Azevedo, Basile, Brejc, Cisneros, Cusnahan, Dolores, Fogler, Follini, Frendo, Giannakou, Kauppi, Kelam, Kelemen, Korhonen, Krasts, Kroupa, Kutzkova, Lamassoure, Lenmarker, Lequiller, Maij-Weggen, Miladenow, Nazaré Pereira, Paks, Rack, Santer, Stylianidis, Szajer, Tajani, Van der Linden, Van Dijk, Wittrbrodt, Zile.
SUB4	Brok, Almeida Garrett, Alonso, Altmaier, Attalides, Azevedo, Basile, Brejc, Cisneros, Cusnahan, Demetriou, Dolores, Farnleitner, Fogler, Follini, Frendo, Giannakou, Kauppi, Kelam, Kelemen, Korhonen, Krasts, Kroupa, Kutzkova, Lamassoure, Lenmarker, Lequiller, Maij-Weggen, Miladenow, Nazaré Pereira, Paks, Rack, Santer, Stylianidis, Szajer, Tajani, Teufel, Tusek, Van der Linden, Van Dijk, Wittrbrodt, Wuermeling, Zielienic, Zile.
SUB 5	Wittbrodt, Fogler
SUB 6	Zielienic
SUB7	Van der Linden, Timmermans, van Dijk, van Eekelen (ponto 8 apenas)
SUB 8	van Eekelen
SUB 9	de Vries, de Bruijn
SUB 10	de Vries, de Bruijn
SUB 11	de Vries, de Bruijn
SUB 12	de Vries, de Bruijn
SUB 13	de Vries, de Bruij
SUB 14	de Vries, de Bruijn
SUB 15	Einem, McAvan, Marinho, Beres, Paciotti, Thorning-Schmidt
SUB 16	Marinho
SUB 17	Marinho
SUB 18	Dini, Basile
SUB 19	Wuermeling
SUB 20	Wuermeling

SUB 21	Wuermeling
SUB 22	Wuermeling, Altamaier
SUB 23	Wuermeling, Altamaier
SUB 24	Wuermeling, Altamaier
SUB 25	Wuermeling, Altamaier
SUB26	Wuermeling, Altamaier
SUB 27	Kuneva
SUB 28	MacCormick
SUB 29	MacCormick, Voggenhuber, Lichtenberger
SUB 30	Voggenhuber, Nagy
SUB 31	Voggenhuber, Nagy
SUB 32	Schlüter
SUB 33	Andriukaitis, Gricius, Sivickas
SUB 34	Duhamel, Einem, Berès, Carnero, Paciotti
SUB 35	Duhamel, Einem,McAvan, Marinho, Van Lancker, Berès, Carnero, Paciotti, Thorning-Schmidt
SUB 36	Borrell, Carnero, López-Garrido
SUB 37	Haenel
SUB 38	Meyer
SUB 39	Kirkhope
SUB 40	Paciotti
SUB 41	Pieters
SUB 42	Duff, Helminger, Kreitzberg, Gricius, Hasotti, Kacin, Akçam, Dybkjaer, Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Uzun, Matsakis, Vassiliou, Szent-Ivanyi, Eckstein-Kovacs, Ozal
SUB 43	Teufel
SUB 44	Jacobs
SUB 45	Palacio
SUB 46	Belohorska, Figel, Migas
SUB 47	Tiilikainen, Peltomäki
SUB 48	Figel
SUB 49	Kiljunen
SUB 50	Vanhanen

SUB 51	Hübner
SUB 52	Stuart, Haenel, Costa, Kristensen Heathcoat-Amory, Liepina, Oleksy, Piks and Hänni, Krasts, Oliveira Martins, Lord Tomlinson
SUB 53	Farnleitner
SUB 54	Bonde, Seppänen
SUB 55	Hain
SUB 56	Lamassoure
SUB 57	Muñoz Alonso
SUB 58	Kauppi
SUB 59	Dewael
SUB 60	Hjelm-Wallen, Petersson, Lebkberg, Kvist
SUB 61	Floch
SUB 62	Lequiller
SUB 63	Kaufmann
SUB 64	Costa, Oliveira Martins
SUB 65	Azevedo, Nazaré Pereira
SUB 66	Ernâni Lopes, Lobo Antunes
SUB 67	Fischer
SUB 68	Conde de Stockton
SUB 69	Conde de Stockton
SUB 70	Conde de Stockton
SUB 71	Conde de Stockton
SUB 72	Conde de Stockton
SUB 73	Conde de Stockton
SUB 74	Chabert, Dammeyer, Dewael, du Granrut, Martini, Valcarce-Sisó
SUB 75	Chabert, Dammeyer, Dewael, du Granrut, Martini, Valcarce-Sisó
SUB 76	Chabert, Dammeyer, Dewael, du Granrut, Martini, Valcarce-Sisó
SUB 77	Chabert, Dammeyer, Dewael, du Granrut, Martini, Valcarce-Sisó
SUB 78	Chabert, Dammeyer, Dewael, du Granrut, Martini, Valcarce-Sisó
SUB 79	Chabert, Dammeyer, Dewael, du Granrut, Martini, Valcarce-Sisó
SUB 80	Chabert, Dammeyer, Dewael, du Granrut, Martini, Valcarce-Sisó
SUB 81	Dewael
SUB 82	Lenmarker
SUB 83	Svensson